

Associação dos Profissionais de Serviço Social



Folha Aberta

Newsletter nº6



APSS
Associação dos Profissionais
de Serviço Social

Estão a completar-se 3 anos do mandato, previsto nos Estatutos, da atual equipa que constituem os Corpos Sociais da APSS. Foram 3 anos que permitiram fazer alguns avanços na vida da Associação, nomeadamente, serem criadas as condições físicas e materiais para o seu funcionamento, com destaque para o estabelecimento da sede, fruto de um processo que vinha da gestão anterior, mas que exigiu um novo impulso, principalmente de carácter financeiro. Também foi retomado, com entusiasmo renovado, o desafio da criação da Ordem Profissional, que até à presente data está na Assembleia da República, a cumprir as etapas procedimentais legislativas exigidas, encontrando-se em curso a análise na especialidade dos projetos de diploma, no âmbito da Comissão do Trabalho e Segurança Social, a quem a APSS solicitou uma audiência, aguardando-se a sua concretização. Embora mantendo as cautelas necessárias, acreditamos, fruto de informa-

ções credíveis que nos têm chegado, que estarão reunidas as condições para a sua aprovação. Deverá, no entanto, colocar-se a hipótese de tal não acontecer até ao final deste ano de legislatura, o que obrigará à transição do processo para o próximo ano de 2019. Se assim fôr e de acordo com o que referimos no início, teremos eventualmente de proceder a eleições para os novos Corpos Sociais da APSS em Outubro, no quadro dos Estatutos revistos, pois a associação irá manter-se até à criação da Ordem Profissional, que lhe sucederá por via da sua integração, como preveem os projetos de Estatutos da Ordem. Todos nós gostaríamos que a decisão da Assembleia da República, fosse tomada até final de Julho, quando cessa este ano de legislatura, mas se perdermos esta “batalha”, não perdemos a “guerra”, pois temos a oportunidade de mais um ano para a conclusão do processo. Por isso, devemos mantermo-nos vigilantes e muito ativos, tod@s e a todos os níveis, pelo que reforçamos o apelo aos/às colegas que no âmbito dos vossos círculos eleitorais, façam valer o nosso objetivo, solicitando audiências aos deputados, reforçando o nosso orgulho de sermos Assistentes Sociais e o nosso papel insubstituível na sociedade portuguesa. **Juntos seremos certamente mais fortes!** Afirmemo-nos pois, pelo que somos, pelo que sabemos e pelo que fazemos em prol de uma sociedade mais coesa, mais justa e mais respeitadora dos Direitos Humanos e Sociais. Uma forma bem visível de nos afirmarmos, é juntarmo-nos no nosso 5º Congresso Nacional de Serviço Social, a realizar nos dias 25 e 26 de Outubro, em Matosinhos. **O momento é crítico, mas cheio de oportunidades, inscreva-se já...**

Maria Joaquina Madeira / Presidente da Direção Nacional da APSS

FIAS – Federação Internacional de Assistentes Sociais – Região Europa PRESENTE!

Nos passados dias 18 a 20 de maio, realizou-se em Bucareste (Roménia) a reunião anual de delegados da FIAS Europa, com o patrocínio organizativo da Associação Romêna de Assistentes Sociais (ASproAS).

Da extensa agenda constaram entre outros assuntos os relatórios relativos *as diversas representações da FIAS em vários organismos, a saber: Conselho da Europa (Conferência das Organizações Internacionais – INGO), Rede Europeia Anti-pobreza, Comissão Global dos Direitos Humanos, Plataforma Social Europeia, Plataforma dos Direitos Fundamentais e Comissão Permanente Global de Ética. Todos estes documentos bem como a ata da reunião virão a ser disponibilizados pela Secretária Honorária e posteriormente divulgados.

Conforme ao estatutariamente estabelecido, procedeu-se também à eleição quer para lugares em aberto no Executivo europeu, quer para de novos representantes temáticos.

A APSS viu reconhecida a sua presença quer através da Graça André como representante na Plataforma dos Direitos Fundamentais (FRP) quer pela Fernanda Rodrigues que passou a integrar como membro permanente o Conselho Executivo da IFSW Europa.

Sabemos que dizer PRESENTE!, é bem mais do que um ritual, pois traz consigo acrescidas responsabilidades com o que se espera continuar a construir Portugal como um país farol no contexto europeu. Sendo um projeto coletivo, tod@s não somos demais!



Porto, Maio 2018

Partilhas de uma Assistente Social da Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (no Âmbito das CPCJ)

“Crianças... são como borboletas dançando ao vento! Algumas voam rápido, outras voam pausadamente, mas todas voam do seu melhor jeito porque cada uma é especial!!!”

[Inês Clímaco, s.d.]



(*) Ana Ruxa

Constituindo o presente mês, um marco, por assinalar no seu primeiro dia, o Dia da Criança, não poderíamos deixar de assinalar e homenagear esta data e a quem lhe confere vida – a ti, CRIANÇA!

Não obstante ser Pessoa, de estatuto pleno desde o seu nascimento (IFSW, 2008), assentando o eixo central de todo o sistema português de

promoção e proteção no reconhecimento, ao nível jurídico, da criança como sujeito de direito, tal não é sinónimo de que os seus direitos sejam efetiva e espontaneamente assegurados ou a sua proteção garantida.

Em Portugal, numa lógica subsidiária e maioritariamente colaborativa, a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens cabe primordialmente às famílias e, em seguida, a cada comunidade local, por via das respetivas entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ – primeira linha de intervenção), das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ – segunda linha) e, em fim de linha, dos Tribunais de Família e Menores (TFM – terceira linha) (cf. art.º 6º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo). Neste sentido, quando a família não consegue assegurar a efetivação dos direitos e a proteção das crianças, e as entidades de primeira linha esgotaram os seus recursos sem conseguirem reverter as situações de perigo, as crianças e jovens são sinalizados às CPCJ.

À semelhança do referido por Banks (2001) a respeito do Serviço Social, que coloca a tomada de decisões como a sua atividade profissional central, no que concerne a futuros cursos de ação, o dia-a-dia nas Comissões de Proteção é atravessado por um processo decisório contínuo, desde as micro às macro-decisões que impactam as vidas das crianças e respetivas famílias.

Assim, pensar e agir eticamente, no sentido da fundamentação das decisões a tomar, e em prol da maior transparência, com benefícios face ao estabelecimento da relação profissional com os sujeitos de intervenção, facilitadora dos processos de mudança, e

à desconstrução dos preconceitos e mitos associados às intervenções da CPCJ, assume-se como ponto fulcral (Ruxa, 2013), num contexto atual de complexificação, incerteza e risco (Beck, 1998 [1992]).

Uma vez que o trabalho na área da promoção e proteção de crianças e jovens lida com tarefas complexas e sensíveis, os profissionais envolvidos na proteção das mesmas, sejam assistentes sociais ou não, têm apenas um resultado aceitável – fazer bem. Os erros não são facilmente perdoados se a vida de uma criança vulnerável estiver em perigo (Dominelli, 2004). Particularmente neste âmbito, as opiniões expressas sobre os profissionais, com exposição e cobertura pelos *media* têm sido desfavoráveis (Franklin & Parton, 1991 cit in Kohli & Dutton, 1996; Martin, 2010), seja porque os técnicos, alegadamente, fazem pouco e demasiado tarde, seja porque fazem demais e demasiado cedo (Preston-Shoot e Agass, 1990 cit in Kohli & Dutton, 1996). Aqui, a decisão corresponde ao clássico processo binário: agir/ não agir (Gibbs, 2002).

Trata-se de um trabalho árduo, significativamente contencioso, porque os profissionais trabalham com vista a equilibrar um número de interesses e valores frequentemente conflitantes: necessidades crescentes num contexto de recursos desadequados; conflito de interesses entre a(s) criança(s), pais/ cuidadores e Estado/ outras entidades, entre outros aspetos (Dominelli, 2004).

Pela responsabilidade do trabalho exercido, inserido num campo de intervenção interdisciplinar, devem as práticas estar, cada vez mais, cientificamente fundamentadas, falseando, no caso específico do Serviço Social, a dicotomia que muitos autores descrevem entre profissão de intervenção e disciplina de conhecimento. A investigação coloca-se mesmo como um imperativo, na contemporaneidade, como um dever ético da classe profissional, devendo estar cada vez mais intrincada com a *praxis* profissional, com vista à sua melhoria contínua, baseada na evidência e não descurando a centralidade que a relação deve assumir (maior humanização dos contactos).

Portanto, **conciliar a emergência/ urgência das respostas**, num contexto de permanente avaliação, gestão ou monitorização do risco/ perigo e a própria tomada de riscos por parte dos profissionais, **com a qualidade da intervenção**, torna-se o ônus fulcral da proteção à criança ou jovem (Ruxa, 2018).

(*) Assistente Social



No dia 07 de maio último teve lugar nas instalações da APSS, uma reunião entre os Presidentes do SNAS e da APSS, com base no protocolo assinado entre ambos, que prevê encontros regulares entre as duas organizações que representam com objetivos distintos mas convergentes, os Assistentes Sociais em Portugal.

Foi uma oportunidade para se trocarem informações e perspetivas, nomeadamente, sobre a Ordem Profissional, o impacto na profissão e todo o processo que implica a sua organização após esta ser aprovada, pois acreditamos que conseguiremos o nosso objetivo.

Foram reforçadas as vontades de cooperação e de manter uma relação construtiva face aos objetivos que nos movem: apoiar e proteger os Assistentes Sociais e o exercício da profissão a todos os níveis.



O papel do **assistente social** na mediação de conflitos

2018. Os documentos foram todos aprovados. Seguiu-se a Assembleia Geral Extraordinária, tendo sido aprovada a alteração dos requisitos de admissão à APSS, de modo a compaginar os Estatutos com o disposto no projeto de criação da Ordem Profissional dos Assistentes Sociais em apreciação na Assembleia da República.

Procedeu-se igualmente à alteração dos Estatutos, no que respeita ao número de associados necessários para a apresentação das listas aos Órgãos Sociais, visando aumentar as oportunidades de participação e democracia associativa.

O Ministério da Saúde convocou a APSS, em Julho de 2017, para designar um grupo de trabalho que, em conjunto com os quatro elementos já em funções, nomeados pelo Sr. Coordenador para a Reforma da Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados, foi encarregue da construção do módulo de registo dos Assistentes Sociais no SClínico, de modo a abranger os três níveis de cuidados: Cuidados de Saúde Primários, Cuidados de Saúde Hospitalares e Cuidados Continuados Integrados.

Para além do registo da intervenção social foram atribuídos os códigos da Tabela Nacional da Funcionalidade referentes aos fatores ambientais, o que vem permitir uma linguagem uniforme e avaliar os ganhos em saúde decorrentes da mesma intervenção. O

documento final foi entregue a 30 de Maio e será considerado no âmbito dos trabalhos em curso ao nível dos sistemas de informação, dando cumprimento ao Despacho nº. 4306/ 2018 do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, que prevê a implementação da TNF até ao final do primeiro trimestre de 2019. Consideramos que foi dado um importante passo na integração e partilha de informação entre os profissionais do Serviço Nacional de Saúde, que a APSS continuará a acompanhar.

Nota sobre a Assembleia Geral de 7/04/2018



Realizou-se no dia 7 de abril último, a Assembleia Geral Ordinária para discussão e aprovação das Contas 2017, Plano de Atividades e Orçamento

No dia 9 de Abril a APSS teve a importante visita da nossa colega espanhola, Ana Lima-Hernandez, actual presidente da FIAS Europa e Presidente do Consejo General del Trabajo Social.

Foi um encontro que permitiu uma troca de informações sobre projetos e intercâmbios uteis entre os dois países ibéricos. Os desafios que a profissão enfrenta são muito semelhantes, nomeadamente as questões da precariedade do emprego e a tendência de desregulação da profissão, mesmo existindo em Espanha uma Regulação Pública da classe profissional dos Trabalhadores Sociais.

O número de profissionais, de Trabalhadores Sociais/Assistentes Sociais são cerca de 80.000, exercendo funções na sua maioria no sector da saúde.

Lá, como entre nós, sentem a necessidade de aprofundar metodologias de intervenção e de definir com maior rigor os actos técnicos próprios dos Assistentes Sociais.

A indispensabilidade de formação em exercício e de supervisão são igualmente preocupações que nos aproximam.

Existe, no entanto uma diferença assinalável no que se refere à cultura da profissão, que no caso espanhol é o de uma intervenção publica e cívica activa, em torno de causas como a paridade de género ou a questão do drama dos refugiados, o que leva a classe para a rua em manifestações publicas na defesa dos direitos humanos e de justiça social.

No que concerne às questões relacionadas com a Fias Europa, foi abordada a possibilidade de uma colega portuguesa, Fernanda Rodrigues, se candidatar a uma posição de vogal no executivo, o que se veio a verificar na reunião de Delegados em Bucareste nos dias 24 e 25 de maio.

Da visita resultou a perspetiva de um novo encontro sobre matérias relacionadas com a intervenção dos Assistentes Sociais/Trabalhadores Sociais de ambos os países.

A Direcção da APSS



APSS

Associação dos Profissionais
de Serviço Social

Propriedade:

Associação dos Profissionais de Serviço Social

Responsabilidade de edição

Associação dos Profissionais de Serviço Social

Textos / Artigos

Colaboradores Associados

Website www.apross.pt

Correspondência electrónica através
do e-mail: apss.servicosocial@gmail.com
©copyrightapss2017





No passado dia 5 de junho a APSS recebeu a visita do colega Simão Simba actual Presidente da Associação de Assistentes Sociais de Angola, razão para reunirmos um grupo de Assistentes Sociais, num encontro que se revelou muito convivial, interessante e útil. O Simão Simba falou da situação dos Assistentes Sociais no seu país e informou que o curso de Serviço Social, que foi interrompido durante mais de trinta anos, que teve por consequências a extinção destes profissionais na sociedade angolana. Esta situação só começou a ser corrigida a partir de 2005, existindo atualmente cerca de 600 Assistentes Sociais e duas escolas, uma oficial outra publica, tendo o curso a duração de 4 anos.

Neste contexto a Associação tem tido um papel essencial, desenvolvendo contactos a todos os níveis, nomeadamente, junto dos organismos públicos e também ao nível político, de forma a serem criadas as condições necessárias para a afirmação da profissão na sociedade angolana e sobretudo na criação de condições institucionais para a empregabilidade destes profissionais, com destaque para o setor das políticas sociais.

O colega Simão Simba teve oportunidade de apresentar o seu ultimo livro sobre " O trabalho Informal em Luanda. Luta e persistência dos jovens migrantes"que está disponível na APSS com um custo de 15€. Reputamos do maior interesse estes encontros com colegas e organizações profissionais de outros países irmãos, pelo apoio e aprendizagem mútua que proporcionam e pelo forte sentimento de proximidade que resulta da língua comum em que nos exprimimos.

O convite para participar no nosso Congresso de outubro foi feito e aceite. Esperamos que possam estar connosco nesta iniciativa tão relevante para os Assistentes Sociais sobre um tema tão universal que a todos implica e compromete " O Serviço Social e o Desenvolvimento Humano"

O distrito da Guarda tem cerca de 270 instituições de economia social em várias áreas de actuação e na sua grande maioria com um @ assistente social no quadro de pessoal.

Quando juntamos a este número @s assistentes sociais que trabalham no instituto de segurança social da Guarda, na ULS Guarda e câmaras, temos um número relevante de profissionais.

Mas de que forma conhecemos o trabalho que é feito? Que grupos profissionais de partilha existem? Quais as necessidades de formação? Que representatividade têm na APSS?

Não tendo respostas a estas questões e não havendo uma dinâmica estabelecida para a troca de ideias entre assistentes sociais, foi criado o movimento empower'us no distrito da Guarda.

Conta já com dois encontros, de onde resultaram grupos de trabalho que irão trabalhar as questões relativas à sede (obtenção, negociação, etc.); formação (necessidades de formação, sessões e tertúlias entre pares); divulgação e criação de eventos temáticos e por último um grupo estratégico para trabalhar as sugestões que são dadas no/ou ao grupo.

Com estes encontros pretende-se que os ssistentes sociais assumam uma postura proactiva na defesa da classe e que sejam o "empower" que querem ver nos outros!

Reunião da APSS com a Administração Central Serviços de Saúde

No passado dia 21 de junho realizou-se uma reunião com o Vogal do Conselho Diretivo, responsável pelos Recursos Humanos, Dr Pedro Alexandre da Administração Central do Sistema de Saude (ACSS), respondendo a um pedido da APSS para discussão e no seguimento da apresentação do Memorando sobre os/as Assistentes Sociais no SNS.

Participaram na reunião além da Presidente da Direção da APSS, as colegas Olga Ávila, Isabel Fazenda e Maria Gonçalves.

A reunião revestiu-se do maior interesse tendo-se abordado os temas mais relevantes do Memorandum nomeadamente as atribuições dos assistentes sociais nos vários tipos dos cuidados, a necessidade de harmonizar as diferentes dependências hierárquicas como as múltiplas denomina-

ções dos Serviço Social no Sistema, bem como a urgência de se estabelecer rácios dos assistentes sociais/cidadão para toda a Rede de Cuidados no SNS.

Ficou o compromisso da parte da ACSS de marcar uma primeira reunião que irá abordar o tema dos rácios por se considerar o mais prioritário, mas que se irá estabelecer uma agenda de trabalho para o tratamento dos outros temas previstos no Memorando, nomeadamente no âmbito dos Recursos Humanos.

Código Deontológico: um documento em discussão



(*) Regina Vieira e Graça André

O grupo de trabalho envolvido na está a proceder à elaboração do segundo draft do Código Deontológico após uma primeira consulta a nível nacional que se iniciou em Dezembro de 2017.

Estas consultas realizaram-se via e-mail ou em reuniões de trabalho em várias cidades do país, com colegas e alunos do curso de Serviço Social cujo contributos se tentou incorporar no novo documento, que vai ser agora posto à apreciação da classe profissional e dos alunos para que até ao final de julho nos cheguem sugestões e propostas para se proceder à elaboração do texto final.

Apelamos á vossa participação, pois é indispensável o envolvimento dos profissionais na apreciação crítica do documento e na apresentação de propostas / dúvidas, para que o texto final seja fruto da maior participação possível e a expressão das várias visões do serviço social português no que refere à reflexão ética sobre as suas práticas.

Contamos que a versão final do Código Deontológico seja apresentado no 5º Congresso Nacional de Serviço Social que, como têm conhecimento se realizará em outubro próximo.

Serviço Social nas Empresas

No dia 24 de maio de 2018 realizou-se na sede dos CTT uma Sessão de Trabalho que reuniu mais de 40 Assistentes Sociais oriundos de mais de 20 Empresas/Organizações, que contou ainda com a presença da Presidente da APSS, Maria Joaquina Madeira e Prof. Dr.^a Helena Teles (ISCPS).

Discutiram-se temas, como a COESÃO – Eficácia do grupo profissional, a RESPONSABILIDADE SOCIAL – Mais-valia do Serviço Social, a RESILIÊNCIA – Novas Competências na atual realidade empresarial/era digital, o COMPROMISSO – Desafios na nova realidade das Empresas/Organizações, ÉTICA – Da confidencialidade ao novo RGPD.

Os objetivos desta iniciativa foram amplamente superados.

Foi um dia de trabalho gratificante, de reconhecimento interno e externo que veio reforçar a importância do debate e a partilha de ideias e experiências em torno da profissão.

A Equipa de Serviço Social dos CTT

5º Congresso de Serviço Social

**O nosso 5º Congresso Nacional
“Serviço Social e Desenvolvimento Humano”
Dias 25 e 26 de outubro de 2018
Matosinhos/Porto**

Participe!

Apresente e dê a conhecer o seu projeto. Contribua para o debate e dê visibilidade ao seu trabalho, para tornar o Congresso uma mostra do que os Assistentes Sociais realizam e o contributo que dão à sociedade portuguesa.

Uma classe profissional unida e coesa será mais forte na luta pelas transformações sociais necessárias, que garantam mais respeito pela dignidade, justiça social e direitos humanos.

Afirmemos o nosso orgulho de sermos Assistentes Sociais.

Inscreva-se até final de agosto, inscreva-se já





Conselho Nacional de Saúde Mental

Realizou-se no passado dia 30 de maio mais uma reunião do Conselho Nacional de Saúde Mental, onde estiveram presentes as colegas Ana Martinho e Patrícia Silva, em representação da APSS, cujos assuntos tratados, foram entre outros, a extensão do Programa Nacional de Saúde Mental até 2020, a apresentação das conclusões do XVII Simpósio da Sociedade Portuguesa de Suicidologia e a apreciação da recomendação do Conselho Regional de Saúde Mental do Norte, relativamente ao investimento na saúde mental.

Assistentes Sociais Ana Martinho e Patrícia Silva



**5 Congresso
de Serviço
Social**

**25 e 26 de
Outubro**

Matosinhos





(*) Joviniana Miroto

O meu nome é Joviniana Miroto e licenciiei-me em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga em 2001. Depois de fazer um Estágio profissional na Associação da Espondilite Anquilosante em Coimbra decidi fazer a licenciatura em Psicologia que igualmente completei no ISMT em 2007.

Como não tinha perspectivas de emprego, pensei em visitar o UK onde estive durante um mês a explorar o mercado de trabalho. Vi que as oportunidades eram muitas, mas não me sentia confortável o suficiente com a língua inglesa por isso decidi começar com um trabalho na área, mas não como Assistente Social.

Inscrevi-me numa agência de trabalho temporário onde fui colocada numa Residência de crianças com deficiência e problemas comportamentais, como Support Worker. Estive lá durante 1 ano e meio, passado 3 meses como Team Leader e passado 1 ano como Deputy Manager. A ideia foi ambientar-me ao sistema e a cultura e depois senti-me confiante o suficiente para fazer a candidatura pra uma Local Authority.

Candidatei-me para o Kent County Council e fiquei. Admitiram-me como Newly Qualified Social Worker para eu poder fazer o programa de formação que eles ofereciam e que era muito bom. Estive 4 anos na Family Support Team onde trabalhei em várias áreas (Child Protection, Looked After Children e Children in Need). Estes 4 anos deram-me uma experiência incrível para poder então prosseguir para outras áreas nas quais tinha muito interesse.

Em 2009 fui viver para East Sussex e candidatei-me a esta Local Authority. Consegui ficar na equipa de Children with Disabilities onde estive durante 1 ano e meio. Gostei da experiência, mas cheguei a um ponto que precisava de um novo desafio.

Surgiu uma vaga para a equipa de Fostering e candidatei-me. Entre 10 candidatos, consegui ficar. Sempre foi uma área que me fascinou e prometi na minha entrevista que ia dar tudo de mim e que não se iam arrepender de me dar esta oportunidade. E assim foi!

Estou há 3 anos nesta equipa e não me vejo a fazer outra coisa de momento. Adoro trabalhar com as famílias de acolhimento e acompanhar as

crianças que lá são colocadas. Não é um trabalho fácil, mas é muito emocionante. Há muitas crises diárias e preciso de ter capacidade mental para estar sempre lá quando precisam de mim, transmitir força, conhecimento e sentido prático nas situações com que se deparam, que a maior parte das vezes não tem resolução fácil. Mas, gosto daquilo que faço e vivo muito o meu trabalho. Participo em campos de férias com as crianças 3 vezes por ano voluntariamente, organizo encontros para as famílias de acolhimento que acompanho, como forma de partilha de experiências.

Tudo tem corrido muito bem e estou feliz. Tenho noção que no meu país não teria tido esta oportunidade, infelizmente. Ganhei um prémio "Social Work Hero of 2018" do qual estou muito orgulhosa, mas que só consegui pelo trabalho de equipa que me é proporcionado.

Quero um dia voltar para Portugal, porque é lá que está o meu coração. No entanto, estar no UK tem-me permitido crescer profissionalmente como nunca julguei ser possível. Sugiro a quem tenha o mesmo espírito de "Aventura" que venha para o UK e aproveite as oportunidades daqui. Não é fácil, mas vale a pena!

SOCIAL WORKERS AWARD



Huge congratulations goes to Joviniana Miroto, a Supervising Social Worker in our Fostering Services team, who was a recently awarded a Social Workers Hero Award for her work with foster carers across East Sussex.

As part of her role, Joviniana goes into foster carers homes to provide them

with the support they or their child needs. Her support ranges from visiting the child's school along with their carers, through to helping the whole family with the emotional adjustments they are going through.

Joviniana was nominated by the foster carers supports for going above and beyond in her role and making them feel supported throughout their whole fostering process.

The award, given by the Foster Carers Association, was presented at the ESCC Social Workers Day event on 20 March

(*) Portuguese Supervising Social Worker
Degree in Social Work
Degree in Psychology
Instituto Superior Miguel Torga

(*) **Carla Récio**

No próximo dia 1 de junho comemora-se em Portugal e em alguns outros países, o Dia Mundial da Criança. Este dia (iniciativa das Nações Unidas) celebra-se desde os anos 50 do século passado, numa tentativa de homenagear todas as crianças, chamando a atenção para os problemas que as crianças de então enfrentavam. Com a adopção e retificação da Declaração dos Direitos da Criança em 1959 pela ONU, houve o reconhecimento que todas as crianças, “independentemente da raça, cor, religião, origem social e país de origem, têm direito a afeto, amor e compreensão, alimentação adequada, cuidados médicos, educação gratuita, proteção contra todas as formas de exploração e a crescer num clima de Paz e Fraternidade”.

Infelizmente os mesmos Países que retificaram este e outros documentos estruturantes não têm conseguido proteger as suas crianças de todas as atrocidades cometidas, fruto de grandes interesses económicos, geográficos, políticos e sociais. Os seus direitos mais elementares têm sido continuamente “esmagados”, perante o olhar de toda uma comunidade internacional que assiste, com cada vez maior indiferença e distancia, às imagens que os órgãos de comunicação social nos mostram quotidianamente.

Devemos ter sempre presente que essas crianças do Mundo também são as “nossas” crianças e que um futuro sem elas é certamente um futuro muito triste e cinzento, onde não foi encontrado um lugar para todos.

É um imperativo moral fazermos da defesa dos direitos das crianças uma constante batalha, promovendo uma cidadania activa com objetivos específicos de inclusão, de promoção de uma justiça amiga das crianças e da adopção de políticas públicas protetoras da infância e também das suas famílias.

Um País amigo das crianças é um País atencioso, sensível e delicado. É estrutura de betão e fortaleza bem protegida. É vigilante e flexível. É felicidade, amor e é um bom colo. É um coração grande e é exemplo de vida.

Por tudo isto e muito mais, é importante desconstruir e voltar a construir as vezes que forem necessárias, as nossas melhores pontes de entendimento com as crianças, fazendo-as acreditar que vale muito a pena crescer feliz e que nós adultos estaremos por cá atentos e vigilantes!

Termino com um simples e bonito poema de uma autora Brasileira Ruth Rocha:

***“Toda criança no mundo
Deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo
Contra os rigores da vida.
Criança tem que ter nome
Criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome
Ter segurança e estudar.
Lamber fundo da panela
Ser tratada com afeição
Ser alegre e tagarela
Poder também dizer não!
Carrinho, jogos, bonecas,
Montar um jogo de armar,
Amarelinha, petecas,
E uma corda de pular.”***

***Não é questão de querer nem questão de concordar
Os direitos das crianças Todos têm de respeitar.”***

(*) **Assistente Social**

(Artigo de Ana Ruxa) Referências Bibliográficas:

- Bancroft-Hinchey, Timothy (2007), “Dia Internacional da Criança: Acção sim, palavras não”, *Pravida.ru*, 1 de junho de 2007, consultado a 01 de junho de 2018.
- Banks, Sarah (2001), *Ethics and Values in Social Work* (2ª Ed.), Basingstoke: Palgrave.
- Beck, Ulrich (1998 [1992]), *Risk Society – Towards a New Modernity*, Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd.
- Clímaco, Inês (s.d.), “Crianças... são como borboletas...” – Citação consultada a 25 de Maio de 2018 em <https://www.pensador.com/frase/MjEzMDE5NQ/>
- IFSW (2008), *O Serviço Social e os Direitos da Criança – Um Manual de Formação sobre a Convenção das Nações Unidas*, Lisboa: Casa Pia de Lisboa, IP.
- Dominelli, Lena (2004), *Social Work – Theory and Practice for a Changing Profession*, Cambridge: Polity Press.
- Ferreira, Jorge (2011), *O Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância – Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Protecção à Criança e à Família*, Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora.
- Gibbs, Leonard (2002), “Assessing Risk in Social, Essential Elements” in Roberts, Albert e Gilbert Greene (2002), *Social Workers’ Desk Reference*. New York: Oxford University Press. Pp. 691-697.
- Kohli, Ravi e Jane Dutton (1996), “Social Work with Children and Families” in Vass, Anthony (Ed.), *Social Work Competences*, London: SAGE Publications.
- Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) – Aprovada pela Lei 147/99 de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas até à Lei 23/2017 de 23 de Maio.
- Martin, Ruben (2010). *Social Work Assessment*. Glasgow: Learning Matters Ltd.
- Ruxa, Ana (2013), *Trajatórias e Narrativas do Assistente Social, Enquanto Profissional de Promoção dos Direitos e Protecção de Crianças e Jovens – Da contemporaneidade ao advir*, Relatório Reflexivo sobre a Prática Profissional apresentado para conclusão do Mestrado em Serviço Social – Variante: Acompanhamento Social e Inserção, Lisboa: UCP.
- Ruxa, Ana (2018), “*Sistema de Protecção à Criança & Indicadores da Qualidade: uma análise fundamentada nas CPCJ*”, Apresentação referente ao Projeto de Tese em construção (para Doutoramento em Serviço Social) a 06-06-2018, Lisboa: ISCTE.
- Ruxa, Ana & Canhão, Rui (2011), *Processos de Intervenção no Âmbito do Sistema Português de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens*. Monografia desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação em Terapia Familiar e Comunitária (não publicada). Lisboa: UAL-APTeFC.

Qual o papel do Assistente Social na Saúde
Investigação Social no Mundo
ERPI—A gestão pelo Assistente Social
O desemprego no Serviço Social

Assistente Social na Saúde

Sistema Público e Privado, que futuro!



Folha Aberta

Newsletter nº7